

Dialogismo e valores culturais: sentidos sobre os povos indígenas em uma reportagem jornalística

Dialogism and cultural values: meanings about indigenous people in a journalistic report

Kelli Machado da Rosa¹
Universidade Federal do Rio Grande

Elda Silva dos Santos²
Universidade Federal do Rio Grande

Émerson Luís Maurmann Lemos³
Universidade Federal do Rio Grande

♦ **RESUMO:** Este artigo objetiva investigar sentidos mobilizados sobre os povos indígenas em uma reportagem jornalística da Folha de São Paulo. Para essa finalidade, nos apoiamos no Dialogismo, em relação com teóricos que debatem acerca das mídias de informação e do processo histórico de colonização brasileira. A partir do método sociológico bakhtiniano, observamos que as falas do político carregam concepções preconceituosas no que diz respeito aos povos originários brasileiros, geradas em diferentes esferas da atividade desde a colonização do país. Além de que o governador se promove como um bom gestor ao falar sobre a crise em questão, apoiado por vozes neoliberais-conservadoras.

♦ **PALAVRAS-CHAVE:** Dialogismo. Sentidos. Povos indígenas. Discurso midiático.

♦ **ABSTRACT:** This article aims to investigate meanings mobilized about indigenous people in a journalistic report by Folha de São Paulo. For this purpose, we rely on Dialogism, in connection with theorists who debate information media and the historical process of Brazilian colonization. Using the Bakhtinian sociological method, we observed that the politician's speeches carry prejudiced conceptions regarding the original Brazilian people, generated in different spheres of activity since the colonization of the country. In addition, the governor promotes himself as a good manager when talking about the crisis in question, supported by neoliberal-conservative voices.

♦ **KEYWORDS:** Dialogism. Meanings. Indigenous people. Media Discourse.

¹ Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul. E-mail: klro.rib@gmail.com. Professora do Programa de Pós-graduação em Letras da FURG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6664-4912>.

² Bacharel em direito pelo Centro de Ensino Estácio Atual. E-mail: eldasilva21@gmail.com. Mestranda em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande.

³ Licenciado em Letras – Português - pela Universidade Federal do Rio Grande-RS. E-mail: emerson.maurmann21@outlook.com. Mestrando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande.

Introdução

Ao refletirmos sobre a filosofia da linguagem desenvolvida por Bakhtin (1895-1975), Medviédev (1892-1938) e Volóchinov (1895-1936), além de outros eruditos, cuja pesquisa concebe as relações dialógicas como constituintes da linguagem, apontamos para a singularidade de sujeitos sociais, culturais e históricos ao entrarem em contato com um interlocutor por meio do discurso, em uma situação específica. Olhamos por detrás desta lente teórica para a vida ativamente vivida, que supera generalizações em vista da unicidade do sujeito, com intuito de compreender um fenômeno social: uma pessoa e seus valores, assumindo ativamente e responsivamente sua posição no mundo, a partir de sua produção enunciativa.

Em “Marxismo e filosofia da linguagem”, Volóchinov (2017) acrescenta que a língua é social, desenvolvida entre, pelo ao menos, dois sujeitos que são posicionados sócio-historicamente. Nesse sentido, a análise dialógica do discurso se volta para uma realidade social e para a constituição dos sujeitos em diferentes esferas da atividade humana, dotados de subjetividade e com capacidade de estabelecer relações de alteridade entre si, por meio da linguagem.

Focando o processo sociohistórico, propomos neste trabalho analisar alguns dos sentidos predominantes sobre os povos indígenas no Brasil, que refletem o processo de colonização (e colonialismo), em uma matéria jornalística, no contexto da crise humanitária enfrentada pela etnia Yanomami (localizada entre o estado de Roraima e a Venezuela) devido ao garimpo ilegal. Motivados pela ampla divulgação midiática da crise em questão, procuramos observar os sentidos sobre os povos originários que passam a circular nas mídias de informação, estabelecidas por Charaudeau (2016) enquanto veículos corporativos que se pretendem participativos na construção da democracia cidadã.

A reportagem “Yanomami: governador de RR diz que desnutrição não existe só no estado e defende que indígenas se aculturem”, de autoria do jornalista Guilherme Seto, é um exemplo de enunciado no qual diferentes sentidos que envolvem discursivamente os povos originários são explorados.

Para contemplar os sentidos empreendidos nesta materialidade, iniciamos pelas considerações teóricas relativas ao Dialogismo e ao Discurso midiático, depois pela reconstrução de alguns valores atribuídos aos povos originários gerados em diferentes esferas da atividade humana no processo sócio-histórico do colonialismo. Por conseguinte, analisamos a reportagem destacando alguns trechos e, por fim, concluímos o trabalho com considerações sobre valores sociais estabelecidos sobre os indígenas no Brasil e como a reportagem (enquanto produto midiático) opera com tais valores.

Enunciado, signos ideológicos e mídias de informação.

A linguagem é um elemento fundamental na construção e interpretação das práticas sociais. Em “Marxismo e Filosofia da Linguagem” (2017), Volóchinov introduz o conceito de signos ideológicos, materiais sgnicos com capacidade de refletir e refratar uma outra realidade. Eles não podem ser isolados ou reduzidos a partes distintas de um enunciado ou materialidade, são na verdade constituintes integrantes e inter-relacionados em sua completude, seja ela uma massa sonora, uma imagem, um objeto, entre outros.

Assim, a interpretação dos signos ideológicos não é determinada apenas por sua forma ou aparência superficial, como também por seu contexto social, histórico e cultural mais amplo. Por exemplo, o significado da foice e do martelo na bandeira da União

Soviética não pode ser compreendido isoladamente, mas sim em relação à história da Revolução Russa, à luta de classes na sociedade soviética e às ideologias políticas que os símbolos representam.

Essa abordagem ressalta a importância do contexto e da interdependência entre diferentes elementos culturais na construção dos signos ideológicos. Ela sugere que o mundo dos signos constitui e também é constituído por sujeitos únicos. Volóchinov (2017) enfatiza que o sentido não reside nos signos ideológicos em si mesmos, mas sim na maneira como eles são utilizados em um contexto de comunicação específico.

O discurso é moldado pelo contexto social, histórico e cultural mais amplo em que ocorre e pelas relações específicas entre o locutor e o interlocutor, suas posições sociais e o horizonte social que compartilham. O sentido é construído em um processo ativo e dinâmico de interação entre locutor e interlocutor, em que ambos se influenciam mutuamente e respondem às perspectivas do outro. A compreensão dos sentidos investidos na comunicação discursiva exige uma investigação cuidadosa do contexto de comunicação e das relações sociais e ideológicas envolvidas, tendo em vista que cada sujeito é único e responsável por suas trocas alteritárias.

Concordamos com Ribeiro (2017), na leitura do signo ideológico enquanto espaço de embate entre múltiplas e diferentes vozes sociais, evidenciando não só o viés social da linguagem, mas também sua diversidade e heterogeneidade constituintes. Os signos ideológicos são produtos culturais que carregam valores e significados que refletem e refratam distintas visões de mundo, também divisam as relações sociais de uma determinada sociedade.

A linguagem, então, é um espaço de luta pelo poder simbólico e pela hegemonia cultural, diferente de um simples meio de comunicação, objetivo e transparente. Distintos grupos sociais utilizam a linguagem de maneira estratégica para reforçar ou contestar valores e significados dominantes, de modo que a própria constituição do sentido é resultado de um processo de embate e negociação entre diferentes vozes sociais.

Em relação à materialidade do discurso, temos como unidade fundamental da comunicação discursiva os enunciados que, conforme Bakhtin (2016, p. 11) efetuam o emprego da língua e são “concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana”. Partimos da concepção de que os enunciados estão ligados aos campos da atividade humana, são tipos relativamente estáveis porque tem uma determinada forma de se construir na medida em que são únicos e irrepetíveis, já que cada sujeito é singular e enuncia localizado em um tempo/espaço irrepetível.

De acordo com Bakhtin (2016), esta unidade da comunicação discursiva é definida por três bases fundamentais: conteúdo temático, estilo e construção composicional. Estas bases estabelecem um jogo que determinam cada gênero do discurso, seja em gêneros mais imediatos (primários) ou em gêneros estabelecidos ao longo do tempo (secundários). Por essa lógica também que “nenhum fenômeno novo pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos” (Bakhtin, 2016, p. 20).

O enunciado é parte de uma discussão mais ampla, que se desenrola em um contexto histórico e social influenciador de sua recepção e interpretação pelos diferentes interlocutores envolvidos no diálogo. As possibilidades de enunciados sobre os povos indígenas no Brasil, por essa perspectiva teórica, só podem ser compreendidas como parte de um discurso no qual se refletem diversas concepções e valores da sociedade brasileira. Levamos em conta a ideia dominante sobre o indígena neste espaço, tendo em vista o seu conhecido processo violento de colonização. Essas concepções e valores podem ser contestados ou reafirmados pelos diferentes interlocutores, dependendo de suas posições e perspectivas sociais.

Ao analisarmos o contexto histórico e social do enunciado sobre os povos indígenas ao longo da história da colonização, podemos identificar as relações de poder e hierarquia que permeiam a sociedade brasileira e que influenciam a forma como os diferentes grupos sociais são representados e valorados. Além disso, podemos identificar as tensões e conflitos que permeiam essas relações de poder e que ainda hoje ecoam nos discursos contemporâneos sobre as demarcações de terras indígenas, sua acessibilidade aos bens de consumo e serviços, a eficácia de políticas públicas que lhe são direcionadas, os ataques promovidos por fazendeiros e garimpeiros nas terras indígenas, etc.

O repertório de discursos dos sujeitos que enunciam (levando em conta que todos em algum momento já foram interlocutores), bem como a construção dos gêneros do discurso, são relevantes para pensar na utilização de palavras alheias como constituinte de enunciados concretos. Volóchinov (2017) define os estilos de transmissão do discurso alheio (pictórico e linear) voltando-se ao gênero romanesco, mostrando que a palavra alheia não se introduz apenas como tema do discurso, mas se cristaliza no processo de construção desse discurso. Nesse sentido, a forma e o tema do enunciado estão intrinsecamente interligados, os discursos autorais e alheio têm uma dinâmica de mútua orientação para o interlocutor.

Primeiramente, o estilo linear caracteriza-se pela delimitação de contornos claros entre as palavras do locutor e da personagem, geralmente expresso pelo discurso direto no enunciado. Já no estilo pictórico estes limites são mais flexíveis e o contexto autoral pode penetrar no discurso alheio com seus valores, sendo mais comum nos discursos indiretos e indiretos livres (Volóchinov, 2017).

Fica evidente que o discurso alheio pode se introduzir na composição enunciativa até mesmo de forma não marcada, já que a língua reflete não os valores de um locutor isolado do mundo, mas do horizonte social dos envolvidos na troca alteritária que definem a realidade social e são definidos por ela. O discurso carregado de valores se orienta para o interlocutor que posteriormente considera-o (a depender de sua intenção, do sentido que procura empreender no enunciado ou do objeto que quer tratar) para compor seu próprio discurso voltado a outrem.

Nesse sentido, é significativo pensar estes processos na esfera midiática que é um espaço de atividade humana onde circulam as mais diversas informações, seja com os gêneros jornalísticos, seja com a publicação de imagens e textos nas mídias sociais e, ainda, outras operações possíveis. As mídias são entendidas por Charaudeau (2019, p.15) como um suporte organizacional, que se apossa das práticas sociais de informação e comunicação e as assimila em determinadas lógicas como a econômica (fazer viver uma empresa como os jornais locais, por exemplo), tecnológica (estender sua difusão por meio de diversos instrumentos) e simbólica (ser uma expressão da democracia cidadã). Entendemos, por essa ótica, que as mídias são espaços de veiculação de vozes - que ora se embatem, ora se prejudicam, ora se apreciam, ora se apoiam etc. - e, conseqüentemente, locais de grande circulação de valores.

Algumas concepções historicamente construídas sobre os povos indígenas no Brasil

Em relação à visão social sobre os povos indígenas no Brasil, entendemos que este grupo sofreu um processo social de marginalização repleto de violência e apagamento cultural devido ao histórico de colonização. Na coletânea de textos intitulada “A outra margem do ocidente”, publicada em ocasião dos chamados “500 anos do descobrimento”, Aduino Novaes (1999) reflete sobre a visão eurocêntrica dos colonizadores europeus no contato com os povos indígenas que habitavam o território do atual Brasil. Para a

perspectiva europeia, esse encontro no Novo Mundo trouxe à tona uma realidade na qual os povos indígenas surgiram como povo sem fé, sem lei, sem rei.

Nas margens na quais se deram os encontros entre os europeus e os povos indígenas, o pensamento ocidental se confrontou com sociedades que eram radicalmente diferentes e, portanto, não puderam ser entendidas em seus próprios termos. Os ocidentais acabaram impondo seu entendimento de sociedade humana: “no imaginário europeu, o mundo político dos selvagens era literalmente impensável” (Novaes, 1999, p. 7).

Para Novaes (1999) o ocidente viveu, desde a conquista da América, em torno de uma identificação de si mesmo - e do outro – a partir de seus próprios valores. Nesse processo, produziu-se uma consciência da diferença, gerando alterações no interior da própria sociedade ocidental, muito embora a ligação estabelecida com os povos americanos tenha sido de não-conhecimento, com raras exceções como Jean de Lery, André Thevet e Hans Staden. Em uma passagem da apresentação do livro, descreve-se em termos precisos o modo como o Ocidente construiu uma imagem dos povos indígenas a partir de premissas eurocêntricas.

O Ocidente apressou-se em desenhá-lo como o bom e o mal selvagem, o violento, o canibal, sem história, sem memória e sem formas de organização política. Ao entrar em contato com o Outro, os ocidentais passaram a defini-lo através de um sistema de axiomas já consagrados. É verdade também que só se pode nomear algo a partir da comparação com o já conhecido, e o conhecido do século XVI era cristão ou pagão, civilizado ou bárbaro” (Novaes, 1999, p. 10).

A partir dessa visão preconceituosa, os europeus impuseram sua concepção de sociedade, linguagem e política aos povos indígenas que habitavam esse pretense “novo mundo”, sem considerar as particularidades e diversidade dessas sociedades. Os europeus viam a si mesmos como portadores da "civilização" e do "progresso", impuseram sua língua, suas leis, costumes e tradições aos povos colonizados. Esse processo de imposição cultural e política levou a uma série de violências e opressões contra os povos indígenas, que foram submetidos a um processo de colonização violento e desumanizante, refletido diretamente na forma como foi estruturado o Estado Brasileiro.

Segundo o jurista Carlos Marés (1999), o Estado brasileiro, nascido com a Constituição de 1824 durante o período imperial, não reconheceu os povos indígenas como parte integrante da nação brasileira: eles foram deixados em um estado de invisibilidade dentro do cenário social, tratados como "selvagens" e excluídos da cidadania e da participação política. Essa exclusão dos povos indígenas no Estado brasileiro continuou por muitos anos, mesmo após a Proclamação da República em 1889. Durante o período republicano, foram vistos como obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do país e muitas políticas foram implementadas com o objetivo assimilá-los aos valores e costumes da sociedade majoritária. (Marés, 1999, p.55).

Essas políticas incluíram a remoção forçada de comunidades indígenas de suas terras, a proibição do uso de suas línguas e costumes e a imposição de uma educação ocidentalizada que muitas vezes buscava apagar suas identidades culturais.

O século XIX foi marcado na América Latina, pela criação de Estados Nacionais, alguns majoritariamente indígenas, mas construídos a imagem e semelhança dos antigos colonizadores: Estado único e direito único, baseado na boa proposta de acabar com privilégios e gerar sociedade de iguais, mesmo que para isso tivessem que reprimir de forma violenta ou sutil as diferenças culturais, étnicas, raciais, de gênero, estado ou condição (Marés, 1999, p. 56).

A ideia de assimilação, absorção ou integração dos povos culturalmente diferenciados, como os povos indígenas, foi uma política de submissão dos vencidos adotada pelo Estado Brasileiro ao longo de muitos anos. A ideia era de que a "civilização" ocidental era superior e que os povos indígenas deveriam ser "integrados" a ela. Uma das justificativas para a colonização seria a inferioridade da organização social construída nos grupos indígenas promovida pelos europeus com uma perspectiva de homogeneidade, como se diferentes grupos tivessem a mesma língua, o mesmo código ético, as mesmas crenças religiosas, os mesmos rituais, as mesmas dietas, vestimentas, etc. No entanto, essa integração nunca foi completamente aceita pelos indígenas, pois significava a perda de suas identidades culturais, suas línguas e suas tradições.

Tal justificativa apoiou simbolicamente, por meio da palavra, o objetivo dos colonizadores que era se apropriar da terra indígena e adquirir mão de obra através do trabalho escravo ao qual os povos originários foram submetidos inicialmente, papel desempenhado posteriormente pelo tráfico de pessoas africanas. Entendemos, assim, que tais concepções ainda rondam socialmente na atualidade: apagamento simbólico da diversidade indígena e incivilidade do homem indígena visto como um selvagem. Na modernidade, tais discursos apoiam o descaso político voltado a estas comunidades, uma visão negativa da luta pela demarcação e a falta de efetividade no controle de práticas ilegais dos brancos em terras já demarcadas.

A igreja teve uma grande influência nas questões indígenas a partir do decreto 426, recebendo grande parte da responsabilidade pelo atendimento a esses povos. A lei era chamada de Regulamento de Missões e determinava que os missionários eram os responsáveis por ensinar os índios a viverem de acordo com as leis, costumes e religião dos brancos. A intenção era transformar os indígenas em cidadãos e integrá-los na sociedade brasileira, mas, na prática, muitas vezes, eles eram submetidos à escravidão e ao trabalho forçado nas missões.

A política indigenista do Brasil mudou ao longo dos anos - principalmente após a Constituição de 1988 - porém, as relações entre os povos indígenas e o Estado brasileiro ainda são complexas e desafiadoras, relações estas em afluência nos diferentes âmbitos da sociedade por meio da linguagem. A invisibilidade e a exclusão social persistem até hoje, muitos desses povos ainda lutam por seus direitos, pela preservação de suas culturas e territórios. Esse processo histórico é significativo para entender a matéria da Folha de São Paulo pois a mídia de informação apresenta-se como um veículo de enunciados que carregam em si diferentes fios ideológicos. Assim, as possibilidades sobre a ideia do homem indígena e dos povos originários, situados sócio-historicamente à margem da sociedade brasileira, também aparecem nesse contexto.

Para entender estas dinâmicas da herança colonial por meio de discursos contemporâneos dentro da esfera midiática, primeiro contextualizamos a informação sobre a crise Yanomami - presente na reportagem escolhida para a análise qualitativa - em relação com uma notícia que explora o mesmo fenômeno por outro enfoque. Posteriormente focalizamos o discurso verbal presente no enunciado através de enxertos da reportagem, seguindo pelo caminho metodológico formulado com perguntas: a) Quais concepções sobre os povos indígenas são investidas no discurso do governador de Roraima? b) Quais vozes emergem em seu discurso? c) como o locutor projeta-se ao público-alvo da reportagem?

Inicialmente, focalizamos como os signos ideológicos materializados refletem e refratam visões de mundo do governador sobre a crise Yanomami, na relação com o contexto de produção, circulação e recepção de seus enunciados e quais orientações semânticas surgem ao considerar os indígenas brasileiros. Além disso, focalizamos a

figura do locutor e como refrata-se pelo discurso, levando em conta os estilos utilizados e quais valores surgem nesse processo de produção informativa/midiática.

Sentidos referentes aos povos indígenas na reportagem sobre a crise humanitária na T.I Yanomami.

A reportagem “Yanomami: Governador de RR diz que desnutrição não existe só no estado e defende que indígenas se aculturem” foi publicada em 30 de Janeiro de 2023 e expressa as posições do governador Antonio Denarium sobre a crise humanitária que afeta esta comunidade indígena, localizada na parte da floresta amazônica entre o estado de Roraima e a Venezuela. Veiculada na coluna “Painel” que, conforme exposto na própria página, é um espaço no qual se trazem notícias e bastidores da política, o texto disponível no site pago do jornal Folha de São Paulo foi escrita pelo jornalista Guilherme Seto.

A crise foi intensamente noticiada no primeiro mês do ano quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que visitaria as terras demarcadas após receber fotos dos indígenas em estado de desnutrição grave e declarar oficialmente Emergência em Saúde Pública. Segundo a notícia “Crianças Yanomami morrem 13 vezes mais por causas evitáveis do que a média nacional”, do site pertencente à Agência pública, a situação de descaso e violências na maior terra indígena do país inclui mortes por malária infantil, desnutrição, COVID-19, pneumonia e diarreia. O texto publicado em 14 de dezembro de 2022 se dedica a explorar uma feição do problema praticamente exaurido por matérias informativas no mês seguinte.

Além da falta da assistência do estado no fornecimento de remédios, profissionais da saúde e infraestrutura, a violência dos garimpeiros, que chegam a queimar unidades de saúde e ameaçar médicos que atuam na região, instaurou um “clima de medo” no território. Ainda segundo a notícia que focaliza as mortes de crianças indígenas por causas evitáveis, os três primeiros anos do governo Bolsonaro (antecessor de Lula) foi um período de intensificação deste cenário calamitante.

Deflagra-se, então, o contexto de transição presidencial no Brasil como horizonte social dividido entre os interlocutores na negociação de sentidos referentes à crise humanitária Yanomami e aos povos originários, por intermédio da interação verboideológica. Os signos ideológicos verbais, por sua vez, são as materialidades nas quais procuramos ênfases valorativas que manifestem “O cruzamento de interesses sociais multidirecionados nos limites de uma coletividade sígnica” (Volóchinov, 2017, p. 112).

O contexto extraverbal enquanto invólucro de uma produção enunciativa é determinado por Volóchinov (2019, p. 118-119) sobre três aspectos: a) O horizonte espacial comum dos falantes (a unidade do visível); b) O conhecimento e a compreensão da situação comum aos dois; c) a avaliação comum dessa situação. Por isso a compreensão da reportagem depende da delimitação desse contexto amplo no qual essa materialidade se constrói.

O enunciado é composto pela descrição do ocorrido (a crise) entrelaçado com as declarações de Antônio Denarium, ora por meio do discurso direto, ora pelo discurso indireto. O momento da entrevista não é citado, bem como as condições materiais da comunicação entre os envolvidos, quais foram as perguntas feitas ou, ainda, alguma descrição narrativa da forma como ocorreu esta interação.

Guilherme Seto organiza estas palavras alheias e tece sentidos próprios dentro da reportagem, da perspectiva de um sujeito único, responsivo e responsável. Entretanto,

focalizamos apenas algumas considerações do governador, apresentadas como discurso direto:

Quadro 1 –

Fonte: Folha de São Paulo (2023)

1	“Imagine você desempregado, pobre, passando fome, doente. Dentro da sua casa tem
2	um quadro do Picasso que vale US\$ 1 bilhão. O que você faria? Venderia. Aí pega o
3	dinheiro e melhora sua qualidade de vida. Igual aos indígenas americanos”, diz ele, que
4	conta ter visitado locais do tipo em Nova York.
5	“Os cassinos nos EUA ficam todos dentro de área indígena. Os hotéis de luxo
6	próximos a Nova York ficam todos dentro de área indígena. Os indígenas ganham
7	royalties”, completa.

Na superfície discursiva, Denarium propõe inicialmente um exercício mental aos leitores, para aproximá-los da situação vivida pelos moradores da T.I. Yanomami, na qual devem se imaginar passando por uma condição de miséria (desempregado, pobre, passando fome, doente) mas com a possibilidade de ganhar dinheiro vendendo um objeto de grande valor. Desta forma, “sua casa” (l. 1-2) são as terras demarcadas por lei e o objeto “quadro do Picasso que vale US\$ 1 bilhão” (l. 2) os minerais preciosos presentes na região.

Notamos o surgimento de vozes empreendedoras no enunciado do governador ao fundar seu raciocínio lógico no qual os indígenas seriam como senhores de uma propriedade privada repleta de riquezas e poderiam ter melhor qualidade de vida desde que soubessem gerir esse negócio, ou seja, vender as terras para quem entende do assunto. O signo ideológico “venderia” (l. 3), nas entrelinhas, engendra sentidos tais como de culpa dos Yanomami pelo mal que os acomete, como se o fruto do problema seja a resistência desses povos em se desgarrar da terra que poderia ser utilizada para geração de riqueza. Tal sentido é reforçado pelo segundo comparativo estabelecido entre os Yanomami e os indígenas estadunidenses que teriam cedido suas terras para serem ricos.

Os “indígenas americanos” (l. 4), nessa seara, compõem um conjunto de símbolos que remetem aos Estados Unidos: US\$, Nova York e Royalties (Ls. 2, 5 e 8, respectivamente). Segundo Gros (2008, p. 22)

A existência de vínculos estreitos entre os movimentos neoliberais na Inglaterra e nos EUA foi importante não apenas para o desenvolvimento do pensamento e da ação política dos liberais nesses países, mas também para a internacionalização desse movimento nos anos 80.

O discurso empreendedor investido pelo governador, ao tomar os EUA como exemplo, aparece unido às ideias de um movimento neoliberal caracterizado não só pela filosofia do liberalismo clássico⁴, como também de forma muito comum na prática pela “desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social” (Harvey, 2008, p. 12). Ainda conforme Gros (2008) esse movimento ideológico neoliberal internacional, de responsabilidade de poderosas organizações estadunidenses

⁴ Segundo Silva (2011, p. 133) “A Teoria do Estado Liberal se divide em três vias: *teorias jusnaturalistas*; *teorias da divisão dos poderes*; e *teorias da soberania popular*”. Procurando estabelecer uma ruptura no raciocínio de interligação umbilical entre Liberalismo e democracia, o autor suscita que na sua base essa teoria política funciona por um princípio filosófico no qual a sociedade passa a ser resultado das vontades individuais dos sujeitos que a habitam. Na prática a democracia seria apenas um aparato técnico-formal em um estado liberal-burguês.

e inglesas⁵, deve-se pela criação de gabinetes estratégicos interessados na propagação de ideias liberais-conservadores sustentadas por sobre uma moralidade burguesa-cristã contemporânea, com atitudes vexatórias em relação a grupos minoritários.

Evidenciamos também o signo ideológico “sua casa” (l. 1), em companhia de outras orações constituídas de forma a focalizarem uma individualidade “Imagine você desempregado”, “O que você faria?” e “melhora sua qualidade de vida” (Ls. 1, 2 e 3, respectivamente). Denarium utiliza esse acabamento estilístico de pessoalização dos argumentos como forma de se voltar ao público leitor do jornal, estabelecendo uma comunicação direta. Ademais, deixa entrever novamente a centralização do empreendedor que, na corrente de pensamento dos austríacos neoliberais Von Mises e Heyek, é o ator real da vida econômica “movido pelo espírito empresarial que se encontra em graus diferentes em cada um de nós e cujo único freio é o Estado, quando este trava ou suprime a livre competição.” (Dardot; Laval, 2016, p. 136).

Observa-se a tensão entre distintos grupos sociais por meio do material sógnico “sua casa” (l. 1) que é investido no discurso como promoção da individualidade na organização social da burguesia em detrimento da visão de coletividade dos povos indígenas. Esse signo ideológico ganha pluriacentuações pela tensão entre diferentes valores, através do sujeito relacional, da perspectiva de um “eu” que se posiciona, no caso deste enunciado, acima de um “outro”. Em suma, mais do que organização social, há um primeiro estabelecimento de superioridade dos detentores de capital em relação aos povos originários, irresponsáveis e incapazes de sobreviver gerindo suas terras.

Na concepção da venda das terras indígenas para exploração e espaço de construção como meio de solução da crise humanitária Yanomami, no segundo parágrafo, surge um discurso desenvolvido na esfera da comunicação empresarial: deve “produzir um discurso estratégico, qual seja o de gerar um efeito positivo nos acionistas, nos *stake holders*, nos clientes, no mercado e na sociedade, de modo que se preservassem a identidade e a imagem da instituição.” (Blikstein, 2003, p. 161). O governador prepara o terreno para a defesa dos interessados em comprar o direito de exploração e construção nestes espaços, que poderiam agir como salvadores de uma crise econômica.

Os signos ideológicos “área indígena” (l. 5) faz referência, em um primeiro momento, aos territórios dos povos originários que se situam nos EUA, cedidos aos donos e sócios das construções luxuosas. Entretanto, observamos que se orienta para a neutralização da heterogeneidade que existe entre diferentes etnias indígenas: na construção discursiva fundada pelo comparativo entre indígenas brasileiros e indígenas americanos, todos os povos originários poderiam se afastar das mazelas sociais ao cederem suas terras.

Ao adotar essa perspectiva, no presente enunciado, há o estabelecimento de uma disputa entre Denarium e de Guilherme Seto. De um lado, o governador apoia-se em vozes empreendedoras no contexto do discurso neoliberal, das terras como motor para o desenvolvimento de capital. Além da adoção de uma solução simples para um problema complexo pela neutralização da heterogeneidade de um grupo minoritário: como se todas as áreas indígenas fossem geridas por leis universais, como se todos os povos originários de países colonizados fossem idênticos, como se todos os indígenas pudessem ceder suas terras para ganharem *royalties*.

Entendemos que o lado que trata o garimpo com sentido de solução se sustenta pela ideologia neoliberal-conservadora, de liberdade individual de investimento e estado

⁵ Citamos alguns dos grupos mencionados pela autora: *National Association of Manufacturer*, um grupo ultraconservador ativo na rede de formulação de políticas nos EUA; a *Foundation of Economic Education*; e a organização universitária *Intercollegiate Society of Individualists*.

mínimo, favorecendo empresas privadas extrativistas. É estabelecida uma disputa verboideológica entre o domínio do público e do privado, da esquerda e da direita, de Lula e Bolsonaro, no contexto do horizonte social compartilhado pelos leitores do jornal e pela sociedade brasileira naquele momento.

Voltamos a outros sentidos construídos sob os povos originários, nas interrelações de vozes dentro do enunciado de Guilherme Seto, bem como as relações estabelecidas entre locutor e interlocutor por meio da comunicação midiática:

Quadro 2 -

Fonte: Folha de São Paulo (2023)

1	Denarium diz que a responsabilidade de saúde das comunidades indígenas, especialmente
2	isoladas, é do governo federal. "Tenho 260 escolas em comunidades indígenas. Eles querem
3	ser advogados, professores, médicos. Eu acho correto. Eles [indígenas] têm que se
4	aculturar, não podem mais ficar no meio da mata, parecendo bicho. Eles têm que estar
5	lá com condição, com estrada, escola, posto de saúde, fazendo agricultura deles, produzindo
6	macaxeira, farinha", defende. (grifo nosso)
7	

O governador justifica que a crise humanitária pela qual os Yanomami passam não está sob sua responsabilidade, as decisões que pode tomar para que os indígenas tenham uma vida materialmente digna já foram e estão sendo providenciadas em sua gestão. Assim a responsabilidade pela problemática é passada para o governo federal nesta ocasião, anteriormente ocorreu o mesmo movimento: primeiro de forma marcada “a todos os últimos presidentes” e posteriormente, como demonstramos nas entrelinhas, aos próprios indígenas.

Denarium refrata-se pelo discurso: na medida em que tece considerações sobre os indígenas também fala de si mesmo, faz um movimento alteritário na interrelação com Guilherme Seto e também com os leitores. Ou seja, durante a reportagem trata do tema “a crise humanitária Yanomami”, mas também se promove como um bom gestor aos leitores que podem apontá-lo como um culpado - já que é o maior responsável executivo (do ponto de vista político) pelo estado de Roraima e sua população, o que inclui os indígenas.

O gestor mobiliza instâncias estruturais impostas pelos colonizadores como possibilidade de desenvolvimento para as comunidades indígenas, sob a ótica de uma inclusão social. Ele relata que os indígenas querem se tornar advogados, professores e médicos e opina que estes precisam “sair da mata, parecendo bicho”, que precisam se “aculturar”.

Pontuamos, devido nossa responsabilidade ética, a concepção preconceituosa sobre os povos indígenas como grupos que não acessam um sistema concreto de justiça, saúde e educação. Como demonstramos na seção sobre as concepções construídas historicamente sobre os indígenas, os invadidos eram vistos como um povo sem fé, sem lei, sem rei - em outras palavras, não eram reconhecidos como grupos dotados de uma organização social humana, cujo critério era a estrutura europeia - a invasão das terras foi sustentada pela animalização do homem indígena.

Essa concepção racista, evidenciada pelo signo ideológico “bicho” (l. 4) animaliza o homem indígena de forma estética e comportamental, reflete a falta de preparo em lidar com os negócios, refrata a inferioridade dos indígenas em relação aos não-indígenas. A única saída para a reversão desse quadro seria justamente o se desgarrar da TI, ceder estas terras para uma suposta geração de riqueza com enfoque na reversão das mazelas enfrentadas pelos Yanomami e, dessa forma, mudança de status destas etnias. Esta

estratégia discursiva também foi utilizada pelo ex-presidente em 2018, que ao ser eleito à época declarou sobre a demarcação de terras indígenas:

Ninguém quer maltratar o índio. Agora, veja, na Bolívia temos um índio que é presidente. Por que no Brasil temos que mantê-los reclusos em reservas, como se fossem animais em zoológicos?", questionou. (G1, 2018)

Evidenciamos, então, que o signo ideológico “aculturar” (l. 4) reflete o sentido de domínio dos brancos sobre as terras indígenas e refrata a possibilidade de humanização do indígena animalizado. Ressaltamos, porém, como essa concepção se transformou de acordo com o contexto sócio-histórico: em sua origem por um projeto absolutista, em benefício à coroa; na atualidade pela ideologia neoliberal, em vista da livre competição entre grandes empresas interessadas no garimpo.

O estabelecimento da oposição entre humanos e indígenas, funciona por uma lógica de nós contra eles. Denarium se refrange discursivamente aos possíveis leitores, sinalizando ao interlocutor (posto no mesmo grupo do governador) que os indígenas são diferentes, sem a mesma capacidade de organização social e sem responsabilidade para lidarem sozinhos com a administração de riquezas.

O entrevistado aponta-se discursivamente pela expressão “eu acho correto” (l. 3), ou seja, pessoaliza o enunciado enquanto voz de autoridade e agente interessado em ajudar os Yanomami. Sobre estas palavras, ele empreende o valor de benevolência desenvolvida na esfera religiosa, desde a colonização. Em sua origem, resgatar os indígenas ao modo de vida europeu era uma forma de salvar sua alma do pecado, nesse caso o colonizador teria o papel ativo nesse salvamento, por meio do domínio sobre suas terras, suas culturas e até mesmo seus corpos.

Conclusão

Entendemos que é possível apreender diversos valores que rondam diferentes esferas da atividade humana através do discurso, tendo em vista que as relações dialógicas são estabelecidas entre sujeitos responsáveis e responsivos que mobilizam sentidos através de enunciados. Na reportagem analisada, o discurso do governador reflete e refrata sentidos sobre o homem indígena como selvagem, uma figura animalesca desprovida de capacidade empreendedora, diferente dele e dos leitores da reportagem ao qual se dirige. Enquanto isso, a terra é tida como uma propriedade privada e espaço de extração de riquezas ignoradas pelos indígenas, culpados pela crise sanitária e de subnutrição que os afetam.

Estes sentidos fazem referência a várias concepções desenvolvidas em outras esferas de atividade, desde a colonização, como a religiosa (salvar a alma do indígena), a política (despreparo para lidar com a administração de recursos) e a jurídica (culpa pelas violências sistemáticas que lhe acometem). Em outra camada, percebemos o surgimento de vozes empreendedoras-empresariais apoiadas na ideologia neoliberal, instituídas pelo favorecimento dos empresários interessados na exploração da TI Yanomami. Em derradeiro, desenha-se um cenário no qual o pensamento colonizador ocidental ecoa em discursos atuais acerca do domínio de terras indígenas, dessa vez associado ao projeto ideológico impulsionado nos Estados Unidos e Inglaterra por grupos influentes e ricos, caracterizado pela redução do estado em vista da liberdade individual de empreendimento.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997;
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2009;
- BLIKSTEIN, I. O direito e o avesso: análise semiótica do discurso político e empresarial. **Organicom**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 36-48, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138982>>. Acesso em 8 mai. 2013.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.
- BRASIL. **DECRETO Nº 426**. De 24 de julho 1845. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/522095>>. Acesso em: 13 março de 2023.
- Brasília, DF: **Presidência da República**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 dez. 2018.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. Trad. Angela S. M. Correa. São Paulo: Contexto, 2010.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DA ROSA, K. A polêmica de vozes no discurso da campanha Rasgue o verbo. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**. v. 1, n. 13, p. 117-138, 2017.
- DORNELAS, J. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. São Paulo: Empreende Editora, 2021.
- GROS, Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. **Ensaio FEE**, v. 29, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2188/2580>>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Trad. Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- ÍNDIOS em reserva são como animais em zoológico, diz Bolsonaro. G1.com, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2018/11/30/indios-em-reservas-sao-como-animais-em-zoologicos-diz-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- NOVAES, A. **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999;
- OLIVEIRA, R. **Crianças Yanomami morrem 13 vezes mais por causas evitáveis do que média nacional**. Agência Pública, São Paulo, 14 dez. 2023. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/12/criancas-yanomami-morrem-13-vezes-mais-por-causas-evitaveis-do-que-media-nacional/>>. Acesso em 10 abr. 2023.
- SETO, G. Yanomami: Governador de RR diz que desnutrição não existe só no estado e defende que indígenas se aculturem. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jan. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/01/governador->

[de-rr-diz-que-desnutricao-nao-existe-so-no-estado-e-defende-que-indigenas-se-aculturem.shtml](#)>. Acesso em 27 fev. 2023.

SILVA, M. **Os fundamentos do Liberalismo Clássico**: A relação entre estado, direito e democracia. Aurora, Marília, n. 9, p. 121-147, dez. 2011. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1710>>. Acesso em 3 mai. 2023.

SOUZA FILHO, C. **Da tirania à tolerância**: o direito e os índios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico no estudo da linguagem. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

VOLÓCHINOV, V. A palavra na vida e a palavra na poesia. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

Recebido em: outubro de 2023.
Aprovado em: novembro de 2023.

Como citar este trabalho:

ROSA, K. M. DA; SANTOS, E. S. DOS; LEMOS, É. L. M. Dialogismo e valores culturais: sentidos sobre os povos indígenas em uma reportagem jornalística. **Traços de Linguagem**, v. 8, n. 1, 87-99, 2024.
